

# Dada a largada

Além de problemas fiscais dos municípios, crise política e mudança das regras de campanha agitam eleições em 2016

Este ano, a corrida eleitoral para prefeitos e vereadores começou mais tarde e sob pressão. Além de apertos fiscais que limitam o poder de ação dos partidos da situação nos municípios, pela primeira vez os candidatos enfrentam a restrição a contribuições empresariais, medida prevista na chamada Reforma Eleitoral aprovada pelo Congresso em setembro de 2015, e que divide opiniões quanto à efetividade em disciplinar o financiamento de campanhas.

Para Octavio Amorim Neto, da FGV/Ebape, o risco de os partidos continuarem buscando meios heterodoxos para se bancar este ano, fortalecendo a prática do caixa 2, é mitigado pelos traumas acumulados no processo da Operação Lava Jato. “Seria muito arriscado para empresários, empreiteiros e industriais tentarem reinventar essa prática, no momento em que Judiciário, Ministério Público e Polícia Federal estão tão vigilantes”, diz. Ele defende, entretanto, a criação de um limite para o gasto dos próprios candidatos em suas campanhas, que hoje é liberado. “Isso estimula práticas plutocráticas e o governo de ricos. Incentiva que os



partidos busquem candidatos com meios próprios para concorrer e vencer, podendo deslocar os quadros mais envolvidos ideologicamente, o que é muito ruim para a democracia”, afirma.

Para Amorim, a necessidade de atrair a doação de pessoas físicas – que nas últimas eleições representou cerca de 10% do total arrecadado – obrigará os partidos a se dedicar a seu apelo programático e deverá fortalecer as organizações partidárias mais robustas, com maior capilaridade no país, no caso, PT e PMDB. “É possível que isso ajude a moderar, a acolchoar a punição eleitoral que o PT deverá sofrer por conta do fracasso do governo de Dilma Rousseff e do envolvimento de vários líderes do partido em escândalos de corrupção”, diz. Ricardo Ribeiro, da MCM Consultores Associados,

lembra que nesse processo o partido teve que enfrentar a fuga de cerca de 20% dos prefeitos que tinham sido eleitos em 2012. “Além disso, sofreu uma severa redução de candidatos este ano”, afirma. De acordo ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o número de candidatos petistas a prefeituras caiu para a metade do verificado nas últimas eleições: de 1.829 (11,5% do total), quando a sigla elegeu 635 prefeitos, para 992, ou 6% do total de nomes na disputa. Na contenda por cargos de vereador, o número de candidatos caiu 47%, de 40.960 para 21.269.

Marco Antonio Carvalho Teixeira, professor da FGV/Eaes, também destaca a relevância que a internet, particularmente as redes sociais, passa a ganhar quando os recursos

encolhem. “Será preciso que os partidos busquem novos experimentos, de formas alternativas de doação a um maior cuidado com a versão *online* de suas campanhas”, diz. Segundo a cientista política Carolina de Paula, sócia da empresa de consultoria Vértice Inteligência, a estratégia de ação nas redes também reforça a necessidade de fortalecimento de laços com o eleitor. “Diferentemente do que numa campanha de TV ou rádio, em que as pessoas são receptivas à mensagem, nas redes sociais é preciso estimular o engajamento, conseguir que o conteúdo político seja compartilhado por essas pessoas”, descreveu no evento “Eleições na Rede”, promovido no final de agosto pela FGV/Direito Rio.

### Peso relativo

Embora historicamente a relação entre eleições municipais e presidenciais seja considerada pequena,

O número de  
candidatos do PT a  
prefeitos nas eleições  
deste ano caiu quase  
pela metade em relação  
às últimas eleições:  
de 1.829 para 992

Amorim considera que a dinâmica da campanha de 2016 pode contrariar parcialmente essa regra, influenciando o que acontecerá em 2018 e, especialmente, o caminho até lá. Para ele, em meio à crise econômica e política, e à necessidade de o presidente Temer se legitimar no

posto com a conclusão do processo de *impeachment* – o que passa, necessariamente, pela melhora no índice de popularidade – os partidos que atualmente o apoiam poderão rever suas posições em caso de ter desempenho frustrante nas urnas. “Se isso acontecer, eles serão muito mais arredios em apoiar medidas mais ousadas que o presidente certamente proporá nos próximos meses, como as reformas da Previdência, trabalhista, e a fixação de teto para os gastos públicos. Isso poderá dificultar a vida de Temer a partir de 2017, pois significará mais receio de sua base aliada em defender medidas impopulares, e a oposição se sentirá mais animada para bater duro no governo”, diz.

Além disso, o quadro que se pinta este ano não elimina os efeitos indiretos que os resultados das eleições municipais costumam trazer. “Eles afetam a composição da Câmara dos Deputados dois anos depois, porque os prefeitos são excelentes cabos eleitorais de candidatos a deputado federal”, recorda Amorim. Outro efeito lembrado por Amorim é o de testar a capacidade de liderança de futuros presidentiáveis. “Nas eleições de 2012 foi muito importante para Aécio Neves que seu candidato para a prefeitura de Belo Horizonte (MG), Marcio Lacerda, saísse vitorioso. E isso se repetirá agora, por exemplo, com Geraldo Alckmin na capital paulista e Ciro Gomes no Ceará, e também no plano estadual, com Eduardo Paes e uma possível candidatura a governador pelo PMDB em 2018”, conclui. (S.M.)

## Mudanças com a Reforma Eleitoral de 2015 para:

### Financiamento de campanha

- Proibida a doação de pessoas jurídicas a campanhas eleitorais.
- O valor doado por pessoas físicas está limitado a 10% dos rendimentos brutos do doador no ano anterior à eleição.
- Fixação de teto máximo de gasto: no primeiro turno, de 70% do maior gasto declarado para o cargo de prefeito ou vereador em 2012 onde houve apenas um turno e de 50% para onde houve dois; para o segundo turno, 30% dos 70% fixados para o primeiro.

### Propaganda partidária

- Redução da campanha para 45 dias, metade do tempo anterior.
- Redução do período de propaganda em rádio e TV de 45 para 35 dias.